

Verbas Públicas: Levantamento do TCU mostra que 40% dos projetos fiscalizados entre os últimos meses de março e julho apresentam problemas de execução – custo elevado dos contratos é uma das falhas identificadas

R\$ 2 bi de obras irregulares

Lúcio Vaz

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou indícios de irregularidades graves em 40% das 415 obras fiscalizadas entre março e julho deste ano. Os projetos problemáticos têm orçamento aproximado de R\$ 2 bilhões. Em 72 empreendimentos, o tribunal indicou ao Congresso a suspensão do repasse de recursos do Orçamento da União e a paralisação físico-financeira. Em outros 93, também foram registradas falhas, mas não houve recomendação de paralisação. A relação completa das obras irregulares será enviada ao Congresso na próxima terça-feira.

O volume total de recursos fiscalizados soma cerca de R\$ 19,4 bilhões. Durante a realização das auditorias, dois ministérios (Integração Nacional e Transportes) já adotaram providências para corrigir as irregularidades apontadas. A correção dos contratos para as obras da BR-101/Trecho Norte e da Transposição do Rio São Francisco resulta em redução de cerca de R\$ 500 milhões no valor previsto para os empreendimentos.

O relator do processo, ministro Valmir Campelo, registrou que o elevado custo das obras continua sendo o principal problema a ser enfrentado pelos órgãos de controle. As ocorrências de sobrepreço e de superfaturamento respondem por 21% do total de irregularidades identificadas. Segundo o relator, essa realidade “demonstra a necessidade de se dotar a administração pública de instrumental eficiente para a análise dos custos das obras, de modo a compatibilizá-las com preços de mercado”.

Entre as obras com indícios de irregularidades, a que mais consumiu recursos foi a do Complexo Jacu-Pêssego, um anel viário entre a estrada do Iguatemi e a avenida Santos Dumont, em São Paulo. O empreendimento foi iniciado em 1987, na administração de Jânio Quadros, e já recebeu R\$ 1,19 bilhão, sendo R\$ 881 milhões na gestão Paulo Maluf, que está preso, acusado de remessa ilegal de dinheiro para o exterior. Já foram aprovados termos aditivos que somam 106% do valor inicial do contrato.

AUDITORIAS

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) teve nove obras fiscalizadas. O tribunal apontou indícios de irregularidades graves em todas elas, mas determinou a paralisação de seis. No Ministério da Integração, 17 das 26 obras fiscalizadas apresentaram irregularidades graves. Foi determinada a paralisação de 11. O órgão que teve o maior número de obras fiscalizadas foi o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit). Dos 131 empreendimentos auditados, 74 apresentaram indícios de irregularidades graves. Metade das obras serão paralisadas. Dos 14 projetos da Petrobras investigados, todos apresentaram falhas, mas nenhum foi paralisado.

Além do sobrepreço – encontrado em 32 contratos, também foram registradas irregularidades como falhas no processo licitatório (20 casos), aspecto ambiental (20), superfaturamento (17), projeto básico inexistente ou deficiente (14), alterações indevidas nos projetos (12) e administração irregular dos contratos (11).

CONTROLE NA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

O relatório de obras com indícios de irregularidades é enviado anualmente ao Congresso para que não ocorra a liberação de recursos federais para esses empreendimentos. Mas os projetos são mantidos no Orçamento da União, até porque muitos deles já estão em andamento. Na medida em que as irregularidades vão sendo sanadas, a Comissão Mista de Orçamento aprova projetos de lei determinando a retomada da liberação de recursos. Os projetos são examinados em seguida pelo plenário do Congresso.

No prazo de até seis meses após a comunicação à Comissão Mista, o TCU deverá indicar se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento poderá ter continuidade sem prejuízo aos cofres públicos. Após a apresentação das medidas corretivas pelo órgão ou entidade responsável, o tribunal decide, no prazo de três meses, se foram cumpridos os termos da decisão. Nas auditorias e tomadas de contas especiais, o TCU aponta os responsáveis pelas fraudes e aplica multas e ressarcimentos.

A indicação das obras com indícios de falhas graves resulta sempre numa corrida de governantes e parlamentares ao TCU. Cada um tenta excluir o seu projeto da relação que provoca o fim do repasse de recursos federais. Em muitos casos de superfaturamento, a obra pode continuar. Para se evitar prejuízos aos cofres públicos, são cancelados os próximos pagamentos. Quando há problemas na concepção do projeto, a paralisação é obrigatória. A subdivisão dos indícios de irregularidades foi instituída em 2003 pelo plenário do Tribunal.

Neste ano, foram identificadas pelo menos 11 obras novas com indícios de irregularidades graves. Destacam-se a ponte Brasil/Peru (R\$ 24 milhões) na BR-117, a Hidrovia do São Francisco (R\$ 6 milhões), a adequação de trechos na BR-020 (projeto básico), a ampliação do sistema de transmissão de Tucuruí (R\$ 109 milhões) e do Mato Grosso (R\$ 151 milhões), a modernização de Furnas (R\$ 30 milhões), a implantação de trecho dos Trens Urbanos de Recife e o Complexo Viário Jacu-Pêssego. As demais obras apontadas já estavam em andamento. Muitas delas apresentaram irregularidades em anos anteriores.

(Correio Braziliense - DF - 23/9)

